
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

PRESENÇA DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA PÓS-GRADUAÇÃO

Maria Janaina Foggetti (UEL)
foggetti@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo discute a presença da literatura afro-brasileira nos programas de pós-graduação em Letras, na área de concentração dos estudos literários. Partindo da observação de dez cursos com tradição de pesquisa na área de literatura afro-brasileira, constatou-se que o índice de teses e dissertações que contemplam esse objeto ainda é baixo diante da necessidade de preparo de professores para a demanda do mercado de trabalho. Além disso, os números demonstram uma prática de pesquisa que pouco contribui para a pluralidade da historiografia literária nacional.

PALAVRAS-CHAVE: pós-graduação, estudos literários, literatura afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira nas escolas pressupõe não somente um preparo de professores e educadores, mas antes de tudo, uma discussão e definição do objeto a ser trabalhado em sala de aula. Visando uma contribuição nessa busca, a proposta deste ensaio é discutir a presença da literatura afro-brasileira nos programas de pós-graduação em Letras, na área de concentração dos estudos literários. A questão que se apresenta ao longo da discussão é a maneira como este segmento da literatura nacional vem sendo contemplado pela produção docente e discente dos cursos de mestrado e doutorado que formam futuros professores para o mercado de trabalho.

O objetivo principal é verificar a existência de espaços pouco explorados pelos pesquisadores, assim como a concentração em determinados objetos que estaria a limitar o avanço e a consolidação da literatura afro-brasileira no cânone literário nacional. Na verdade, essa questão é apenas uma das faces do mesmo problema: em pesquisa mais extensa, com 53 programas aprovados pela CAPES, foi identificada a

mesma tendência em relação a determinados autores canônicos e períodos históricos. Parece que a pesquisa pós-graduada em literatura carece de diálogo e de uma política que oriente uma forma mais sistemática de abordagem do objeto literário, a fim de aprofundar nosso conhecimento sobre ele e melhorar qualitativamente em termos científicos a construção da historiografia literária nacional.

Este texto pretende apresentar um breve cenário da produção atual nos cursos de pós-graduação e apontar a necessidade de um fortalecimento de determinadas questões acerca do ensino e da pesquisa da literatura afro-brasileira. Para tanto, além da coleta de dados junto aos bancos de teses e dissertações, foram examinados projetos de ensino, pesquisa e extensão, linhas de pesquisa e disciplinas nos cursos de graduação em Letras das universidades selecionadas no intuito de saber até que ponto as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação estão refletindo na formação de professores para o Ensino Médio e Fundamental.

CÂNONE E NEGRITUDE

Haveria já um consenso da academia em torno de uma especificidade da literatura afro-brasileira? Longe disso. O problema reside inicialmente na legitimidade da expressão 'literatura negra', uma vez que 'negra' pode supor uma série de noções errôneas em relação à pretendida. Por isso, existem escritores que relutam diante do rótulo e outros que desejam ser incluídos neste, assim como críticos que apontam suas especificidades e outros que não acreditam em características suficientes para destacá-lo dentro da literatura geral, como no rótulo 'literatura feminina', por exemplo.

Zilá Bernd (1988) pondera que a literatura negra tem como aspecto fundamental o desejo de renomear o mundo criado pelo branco, portanto, nada mais legítimo do que utilizar a expressão 'literatura negra': nomear é tornar algo visível. Ela acredita que a busca por diferenciação na literatura seja um indicativo de que os negros "estão querendo *criar* a si mesmos" através das obras (1988: 21). Trata-se, portanto, de questão fundamental e que deve ser feita conscientemente pelos escritores para que tenha validade e ganhe importância como discurso formador de uma nova maneira de pensar.

É preciso, principalmente, cautela para não associar o conceito a uma questão puramente de cor ou raça. Para se considerar uma obra representante da literatura negra, segundo Bernd, é preciso que o escritor vá além da temática; ele precisa atrelar a ela uma visão de mundo negra, uma voz negra que se manifesta através de uma nova linguagem, numa articulação diferenciada do mundo. A pesquisadora acredita que o divisor de águas entre uma expressão estereotipada do negro e da escravidão na literatura brasileira e uma literatura negra autêntica é o surgimento de um sujeito-de-enunciação "revelador de um processo de conscientização de ser negro entre brancos" (1988: 48). Isto é, o negro passa a falar, não é mais somente objeto da fala do outro. É pela linguagem que esse eu enunciativo fará uma desconstrução do mundo do

branco, livrando-se de suas marcas e construindo sua própria expressão, resgatando sua própria história. A literatura negra seria, então, uma “tentativa de preencher vazios criados pela perda gradativa de identidade”, uma forma de “reterritorialização”, de tomar posse novamente de seu passado, sua cultura, sua voz as quais o ocidente tentou destruir sumariamente (Bernd 1988: 22-23).

Todavia, existe outra corrente de pensamento que considera a chamada literatura negra panfletária demais, a ponto de ofuscar as eventuais qualidades estéticas que poderia possuir. Ponderam que ela se utiliza das reivindicações sociais justamente para camuflar deficiências técnicas e criativas. O crítico norte-americano Harold Bloom (2001) é um dos mais expressivos representantes dessa linha de pensadores que defendem os valores estéticos das obras acima de quaisquer outros interesses ou representações histórico-sociais que elas possam comportar. Sua opinião é bem firme com relação à abertura do cânone literário para o que ele considera modismos dos estudos culturais que tendem a eliminar a especificidade da literatura em prol da sociologia, antropologia, psicologia, etc. Segundo ele, a própria existência de um cânone literário prevê a imposição de limites, o estabelecimento de “um padrão de medida que é tudo, menos político ou moral” (2001: 42), quer dizer:

O movimento de dentro da tradição não pode ser ideológico nem colocar-se a serviço de quaisquer objetivos sociais, por mais moralmente admiráveis que sejam. A gente só entra no cânone pela força poética, que se constitui basicamente de um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, conhecimento, dicção exuberante. A injustiça final da injustiça histórica é que não dota necessariamente as vítimas de nada além de sua própria vitimação. O Cânone Ocidental, seja lá o que seja, não é um programa de salvação social. (Bloom 2001: 36)

A verdade é que a idéia de um cânone fixo não existe. Cada época elege seus favoritos, elimina e acrescenta autores e obras. Para Bloom, o maior teste para a canonicidade de uma obra reside na sua capacidade de assimilar o passado (tradição) e superá-lo, subordiná-lo a suas inovações. Ao fazerem essa ponte entre precursores e sucessores, os próprios artistas estariam formando o cânone, e não os críticos, acadêmicos ou políticos com agendas secretas. Não se trata, portanto, de uma lista de obras obrigatórias, mas da relação individual do leitor e do escritor com o que se preservou do fazer literário, algo como uma “Arte da Memória” (Bloom 2001: 25).

Essa noção de cânone como a Arte da Memória merece uma reflexão à parte, já que se aproxima muito do projeto da literatura negra analisado por Bernd, por mais que as colocações de Bloom pareçam desqualificá-lo. A literatura negra é a Arte do Resgate da Memória. Há nela o desejo de resgatar escritores e leitores como os formadores da consciência de uma nação, através do fazer literário. Obras e autores assimilam o passado do branco e o superam, inovando em linguagem e cosmovisão. Fazem a ponte entre os precursores esquecidos e relegados à obscuridade e os sucessores mais conscientes do seu papel e inseridos num contexto menos repressor. A busca por um passado confiscado, a necessidade de reconstrução da história a partir

de relatos pessoais, o desejo de fazer durar no tempo e legitimar todo um povo e uma herança cultural constituíram essa Arte do Resgate da Memória, já que não se pode falar em Arte da Memória, pois esses autores e obras não participam (ainda) do imaginário coletivo ocidental.

A questão crucial discutida aqui é que Bloom não acredita que as literaturas ditas 'minoritárias' em sua maioria ofereçam obras com as qualidades que ele julga as mais legítimas, justamente porque elas abominariam tais valores: "A originalidade torna-se um equivalente literário de termos como empreendimento individual, auto-suficiência e competição, que não fazem a felicidade dos corações feministas, afrocentristas, marxistas, neo-historicistas foucaultistas ou desconstrutores" (2001: 28). Bloom postula que todas as obras de arte são elitistas porque pressupõe competitividade entre a tradição e o moderno, um desejo de individuação dos artistas do presente com relação aos do passado, uma necessidade não somente de comunicar algo, mas de se diferenciarem em COMO irão comunicar esse algo. Tal forma de enxergar a arte literária suscita a imagem de obras inacessíveis a todo e qualquer leitor, de uma literatura seletiva que incomoda a certos pensadores que não concebem a arte primeiramente como objeto estético, superior aos movimentos sociais e econômicos.

Um indício de que essa necessidade estética de Bloom não é inexistente na literatura negra se encontra nos dados da pesquisa de Lillian Kesteloot (Bernd 1988: 26-28), que identifica um processo interessante nas literaturas de língua francesa no Caribe e na África. Todo o percurso inicial de recuperação do ponto de vista e da construção da identidade da literatura negra leva, nos casos examinados por Kesteloot, a uma escritura cada vez menos combativa, à medida que os objetivos iniciais vão se cumprindo. Os escritores passam, então, a cuidar cada vez mais da estética de seus escritos, exercendo a crítica por meios indiretos e não mais através de uma literatura 'panfletária'. Trata-se de uma literatura EM CONSTRUÇÃO e, portanto, precisa ser lida a partir de métodos de análise específicos.

Ambas as formas de se entender a produção literária negra representam apenas posturas, não verdades absolutas. Este texto busca uma terceira margem, aquela que admite o conteúdo reivindicatório da literatura negra e sua importância na construção identitária de um povo, mas que não acredita que essas questões precisam necessariamente estar separadas de criatividade e cuidado estético. A literatura negra, e mais especificamente, a literatura afro-brasileira, antes de se tornar imortalizada pelo cânone, deseja ser LIDA. E para que isso aconteça é preciso que todo um sistema educacional e mercadológico tome conhecimento de sua existência e, por que não, de sua qualidade.

É preciso que haja não somente uma voz negra que produza literatura, mas instâncias sociais que legitimem esse discurso. Uma literatura assim combativa e questionadora certamente encontra dificuldade de reconhecimento do seu valor, dada a ameaça que representa às estruturas solidificadas de uma sociedade branca paternalista. Eduardo de Assis Duarte já apontava para esses problemas em artigo de 2005. A publicação e circulação restritas, a eliminação de vínculos autorais e textuais com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros e a afirmação de uma litera-

tura nacional coesa, única, acima de questões étnicas, são fatores importantes para se compreender a atual descaracterização da literatura afro-brasileira e a dificuldade desta se auto-afirmar:

O resultado de tais condicionamentos se traduz na quase completa ausência de uma história ou mesmo de um *corpus* estabelecido e consolidado para a literatura afro-brasileira, tanto no passado quanto no presente, em virtude do número ainda insuficiente de estudos e pesquisas a respeito, apesar do crescente esforço nesta direção. A inexistência de uma recepção crítica volumosa e atualizada, bem como de debates regulares nos fóruns específicos da área de Letras, decorre desses fatores e também da ausência da disciplina “Literatura Afro-brasileira” nos currículos de graduação e pós-graduação da maioria dos cursos de Letras instalados no Brasil. (2005: 114)

A ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística reflete bem como as universidades brasileiras passam ao largo do assunto. Não existem Grupos de Trabalho (GTs) registrados na associação que abordem diretamente a questão, a exemplo da temática feminina, outra representante das ‘minorias’ nos estudos literários. As possibilidades de pesquisa nessa área poderiam ser contempladas por outros GTs identificados na lista da ANPOLL, como por exemplo: 1. Literatura oral e popular; 2. Relações literárias interamericanas; 3. Transculturalidade, linguagem e educação; 4. História da Literatura; entretanto, nenhum apresentou qualquer trabalho que mencionasse a temática da negritude. Somente os GTs Mulher na Literatura e Estudos Comparados de Literatura Portuguesa apresentam ligações diretas com alguns trabalhos que efetivamente abordaram a questão do negro na literatura. Vale lembrar, entretanto, que nem todos esses trabalhos tratam da literatura afro-brasileira, mas de literaturas de língua portuguesa e influência e/ou origem africana.

A observação de todos os programas de pós-graduação em Letras aprovados pela CAPES revelou a presença massiva de termos como estudos culturais/socioculturais/interculturais, pós-colonialismo, representações identitárias e alteridade nas linhas de pesquisa. Assim, na teoria, todos os programas potencialmente poderiam empreender pesquisas que contemplassem obras e escritores afro-brasileiros. Porém, a amostragem selecionada para análise neste artigo revela que essas pesquisas encontram-se um tanto limitadas. Supondo que é exatamente a pós-graduação que deve fomentar toda uma movimentação crítica e social com maior propriedade científica, fica a pergunta: será que a literatura afro-brasileira algum dia conseguirá se constituir num *corpus* sólido e definido?

A PESQUISA

Foram selecionados para essa discussão apenas oito programas de pós-graduação em Letras (concentração em estudos literários ou similares), justamente aqueles com

maior tradição nos estudos acerca da literatura afro-brasileira e africana. Optou-se, porém, pela subdivisão dos dados da USP a partir de três cursos, já que a universidade possui programas lotados em departamentos distintos, com propostas e corpo docente próprios e que, portanto, devem ser analisados separadamente. Assim, a lista final de dez cursos é a seguinte: Universidade Estadual de Londrina – Estudos Literários; Universidade Federal de Minas Gerais – Estudos Literários; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade Federal da Bahia – Letras e Linguística; Universidade Federal Fluminense – Estudos Literários; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Mestrado em Literatura Brasileira e Doutorado em Literatura Comparada; Universidade Federal de Pernambuco – Teoria da Literatura; Universidade de São Paulo – Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (USP 1), Literatura Brasileira (USP 2), e Teoria Literária e Literatura Comparada (USP 3).

Acredita-se que seja uma amostragem confiável no sentido que os programas com maior tradição na área conseqüentemente devem apresentar número mais relevante de teses e dissertações produtos de pesquisas anteriores. Por outro lado, programas sem pesquisadores/professores com histórico na área devem apresentar números menos expressivos, o que, é claro, não se trata de regra. De qualquer forma, o que interessa aqui é apontar a concentração em algumas obras e autores, assim como lacunas de interesse no que concerne à literatura afro-brasileira. E se isso está a acontecer com programas já reconhecidos pela dedicação na área, o que se passará com os outros?

É preciso também justificar o recorte de quatro anos adotado para a coleta de dados. A lei nº 10.639/03 que obriga o estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino Médio e Fundamental, “em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”, data de janeiro de 2003. Desde então, existe um processo (lento, é verdade) de implementação de ações que buscam assegurar o cumprimento dessa lei, como a capacitação de professores e escolas. Em novembro de 2008, cinco anos após a assinatura da lei e apenas alguns meses após alterações na redação da lei (que se tornou a lei nº 11.645 de março de 2008), a Agência Brasil divulgou notícia sobre o desejo do MEC de acelerar a implantação das suas propostas, o que denuncia em certo nível o descumprimento da lei.

Uma vez que a discussão já ocorria desde 2003, pensou-se que as universidades buscariam se adequar de alguma forma, por exemplo, através de palestras, eventos, disciplinas, projetos de pesquisa, ensino e extensão na formação dos futuros professores já na graduação. Na pós-graduação, os estudos culturais e pós-coloniais estão longe de ser um fenômeno recente, portanto, tal movimento já deveria existir ou se poderia pressupor que seria mais fácil de organizá-lo. Considerando ainda que num espaço de quatro anos é possível um professor orientar, pelo menos, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, levando-se em conta anos anteriores de preparo do assunto, o recorte de 2005 a 2008, em cursos com professores já familiarizados com o objeto, pareceu bastante plausível para se observar um reflexo inicial de todos esses esforços.

A coleta de dados foi realizada, primeiramente, nos sites dos programas de pós-graduação. Quando estes não disponibilizavam um acervo da produção discente, a pesquisa era feita junto aos bancos de teses e dissertações das universidades, geralmente a partir de links disponibilizados nos sites das bibliotecas digitais de cada instituição. As informações obtidas foram assim organizadas:

A) Teses e Dissertações

Total: total de trabalhos examinados referentes ao período de 2005 a 2008 em cada programa;

Total real: número de trabalhos que abordam escritores afro-brasileiros e/ou temas referentes à cultura africana ou à situação do negro;

B) Escritores

Afro-brasileiros: escritores reconhecidamente afro-descendentes (pela crítica e por eles mesmos), nascidos no Brasil;

Outros: escritores de outras nacionalidades que não afro-brasileira ou brasileira;

Tema Afro: escritores brasileiros brancos, ou negros que não assumem uma escrita 'negra' ou não são vistos pela crítica tradicional como afro-brasileiros, mas que trabalham temas concernentes à cultura africana ou à situação do negro;

Geral: trabalhos que não adotam data, autor ou obra específica, mas abordam temáticas referentes à cultura africana, no Brasil ou no exterior;

C) Obras

< 1900: trabalhos que analisam obras publicadas antes de 1900;

1900-1950: trabalhos que analisam obras publicadas entre 1900 e 1950;

> 1950: trabalhos que analisam obras publicadas depois de 1950.

A subdivisão adotada no item Escritores se justifica pelo número grande de autores de outras nacionalidades, o que poderia dar uma impressão equivocada do número real de trabalhos encontrados: fala-se da literatura negra, mas não necessariamente da afro-brasileira. Os autores da categoria Outros mais comumente citados são: Pepetela, Mía Couto, Boaventura Cardoso e Ana Paula Tavares, entre uma lista de 27 nomes. Já na categoria Afro-brasileiros estão nomes como Solano Trindade, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Cuti e Conceição Evaristo, dentre 12 nomes. Por fim, na categoria Tema Afro, Jorge Amado, Vinicius de Moraes, Castro Alves, José de Alencar, Martins Pena, Emília Freitas e Machado de Assis, todos eles citados em trabalhos que propunham a análise de questões relacionadas ao escravo ou à cultura africana. Vale ressaltar que à categoria Geral não foi vinculada qualquer data do item Obras.

A subdivisão no item Obras foi adotada para se verificar como a noção defendida por Bernd de uma literatura que resgata a memória de um povo está acontecendo na

prática: a concentração em obras recentes indica a preocupação com a visão histórica dos escritores mais jovens e deixaria num segundo plano a revisitação de obras mais antigas, escritas sob a influência de períodos mais repressores e, portanto, passíveis de injustiça crítica e interpretação equivocada. Os períodos de cinquenta anos pretendem dar uma noção geral de época e não são mais específicos nas datas (abolição da escravidão, Modernismo, ditadura militar) para não se incorrer no erro de uma demarcação muito pontual que desconsideraria o tempo de resposta a esses acontecimentos.

Outras informações relevantes como disciplinas da graduação, projetos, linhas de pesquisa e periódicos também foram recolhidas através dos sites dos programas e universidades. O que poderia parecer uma vantagem da pesquisa moderna, entretanto, revela mais uma das faces deficientes de nosso sistema educacional. Informações desatualizadas, design confuso, má organização dos conteúdos, links que não funcionam ou até mesmo a ausência de links diretos para determinados conteúdos provam que muitas universidades ainda não se adequaram às exigências e especificidades do ambiente virtual. Fato que nos leva a imaginar se a sonhada inclusão digital deveria se restringir a ações de acesso ou se deveria também investir em uma mudança de mentalidade das instituições.

ANÁLISE DOS DADOS

A primeira informação que chama atenção é o número reduzido de trabalhos que contemplam obras e autores ligados à africanidade. Nos programas com números menos expressivos (UERJ, UFPE, UFMG, UFBA, USP 3) a porcentagem gira em torno de 4 a 6% do total de obras examinadas. Isso significa, por exemplo, que no programa de pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, nos últimos quatro anos, apenas três teses e/ou dissertações abordaram textos referentes à literatura negra. A favor da USP 3, somente o equilíbrio entre escritores afro-brasileiros e de outras nacionalidades, e o interesse também equilibrado em obras mais distantes no tempo. Já o programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP (1), como era de se esperar, apresentou a maior porcentagem real de obras em relação ao total examinado, em torno de 28%. Todavia, esse número expressivo não significa uma grande ocorrência de escritores e obras afro-brasileiras contempladas, mas na verdade uma totalidade de teses e dissertações que abordam escritores de outras nacionalidades, como angolanos e moçambicanos. Trata-se no mínimo de incoerência, já que uma das linhas de pesquisa do programa intitula-se Relações Literárias entre Brasil, Portugal e África.

IES	PUC-MG	UEL	UERJ	UFBA	UFF	UFMG	UFPE	USP1	USP2	USP3
Total	53	61	62	38	94	200	64	43	48	62
Total Real	7	7	4	2	9	12	4	12	4	3
Afro-brasileiros	3	2	2	1	0	5	1	0	2	2
Outros	12	5	2	1	9	8	3	16	0	0
Tema Afro	0	1	0	0	0	3	0	0	1	2
Geral	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
>1900	0	0	0	0	0	4	0	1	1	2
1900-1950	0	1	2	1	0	0	0	2	0	2
>1950	15	7	2	1	9	12	4	13	2	0

Tabela 1: distribuição das teses e dissertações entre as IES

O mesmo ocorre com a UFBA que registra os seguintes temas de pesquisa de dois de seus professores: “Figurações de etnicidades na literatura e cultura brasileira; Imagens de afrodescendência na literatura e na cultura no Brasil; História e memória de produções intelectuais de afro-brasileiros (...) Aproximações e diálogos entre a literatura brasileira e as literaturas africanas” e “Estudos sobre literatura e cultura portuguesas; Expressões identitárias e relacionais nas culturas e literaturas africanas em língua portuguesa”. Ainda assim, somente dois trabalhos produzidos pelos alunos nos últimos quatro anos teriam surgido dessas pesquisas. Trata-se de uma universidade cuja Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas possui um importante órgão suplementar, com 50 anos de tradição, o CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientalism que oferece um programa de pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, em nível de mestrado e doutorado, com uma disciplina intitulada “Identidade étnica e literatura”. Caso semelhante de descompasso entre produção docente e discente está na UERJ, que registra pesquisa de um de seus professores sob o título “Tradução e cânones literários – em foco, a literatura de escritoras de origem afro”, e na UFPE, que registra uma disciplina na pós-graduação, “Literatura e questões culturais”, cuja ementa propõe a apreensão na forma literária da “tematização de questões culturais/identitárias/interdisciplinares relativas à etnia, raça, gênero, sexualidade, hibridismo, mídia e nação, no contexto da Globalização, da Pós-Modernidade e da Pós-Colonialidade”.

Por outro lado, o programa de Literatura Brasileira da USP (2) apresenta porcentagem expressiva de escritores brasileiros, 75%. Ainda assim, quatro trabalhos nos últimos anos a partir de obras e autores afros parece um número escasso. Infelizmente, o site do programa não oferece informações a respeito de projetos e linhas de pesquisa ou das disciplinas ofertadas (somente as do ano corrente) para uma avaliação mais precisa dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos.

Outro programa apresenta dados preocupantes. O Total Real de trabalhos defendidos na UFF demonstra que somente obras de escritores de outras nacionalidades foram contempladas e, para completar, todas foram publicadas após 1950. Também na PUC-MG, 75% dos escritores são de outras nacionalidades e 100% das obras analisadas foram publicadas após 1950, mesmo número registrado no programa da UFPE. Duas disciplinas, respectivamente da pós e da graduação em Letras da UFF, já indicam essa tendência de pesquisa: “Colonialidade e Pós-Colonialidade: Portugal e África através de espelhos” e “Literaturas africanas de língua portuguesa” (subdividida em I e II). Como o site do programa de pós da UFF não disponibiliza todas as disciplinas ofertadas, apenas a do ano corrente, não foi possível averiguar se a referida disciplina já foi ofertada anteriormente ou se outras disciplinas trabalharam a literatura afro-brasileira em outros anos. Os números recolhidos no banco de teses, somados ao registro de um projeto de pesquisa de um dos seus professores (“O Caminho das Fronteiras: negociações de sentido nas literaturas de língua portuguesa”, em que consta literaturas africanas como interesses de pesquisa) e a um curso de especialização *Lato Sensu* (“Literaturas e culturas de língua portuguesa — Portugal e África”, cujas ementas não estão disponíveis online) demonstram a concentração de interesse em outras literaturas de língua portuguesa que não a afro-brasileira.

A PUC-MG também registra tendências de pesquisa semelhantes, porém em equilíbrio com interesses em torno da literatura afro-brasileira, e com o segundo melhor Total Real de obras em relação ao total examinado. Vejamos: uma disciplina na pós (“Literaturas africanas de língua portuguesa”); três projetos de pesquisa (“Percurso da memória nas literaturas africanas de língua portuguesa”, “Raça, cor e etnia na cultura/literatura” e “Poéticas afro-brasileiras: memória e dispersão em rituais da palavra”); e um curso de especialização *Lato Sensu* (“Estudos africanos e afro-brasileiros”, oferecido pelo Instituto de Educação Continuada da universidade) em que consta um módulo inteiro sobre literaturas africanas e afro-brasileiras. Excetuando o curso *Lato Sensu* que não tem ligação direta com os dados da pesquisa, verifica-se que o problema reside no fato de todas as ações do programa de pós da PUC-MG não resultarem em número relevante de teses e dissertações que contemplem obras e escritores afro-brasileiros; apenas três do Total Real de 15 trabalhos, nos últimos quatro anos.

O programa da UFMG é o que apresenta maior número de defesas nos últimos quatro anos (200), mas o índice de apenas 6% de Total Real é muito baixo em face das pesquisas e ações em torno da negritude amparadas pelo programa. São duas disciplinas (“Literaturas de expressão francesa – produção dos magrebinos da África negra” na graduação, e “A cultura afrodescendente na narrativa e no teatro contemporâneo brasileiro e latino-americano”, ofertada pela pós em 2009) e oito projetos de pesquisa (entre eles, “Configurações do romance afro-brasileiro”, “Minas afro-descendente: histórias do povo banto” e “(V)idas e voltas: narrativas, relatos, testemunhos em literaturas ibero-afro-americanas”). Um desses projetos merece destaque pelo seu foco preciso no objeto principal desta pesquisa, a literatura afro-brasileira. Trata-se do “Literafro: portal da literatura afro-brasileira” que oferece aos visitantes artigos de alunos da pós-graduação e professores, além do mais significativo, um índice de obras e autores afro-brasileiros, na sua maioria desconhecidos do grande público leitor. Um material que pode servir justamente para ampliar as possibilidades de estudo em universidades de todo o país, já que somente 12 escritores afro-brasileiros foram elencados nesta pesquisa, de um total de 20 trabalhos registrados sob a categoria Afro-brasileiros.

O equilíbrio no total de escritores analisados nas teses e dissertações, o número positivo de obras publicadas antes de 1900 (um dos quatro programas apenas que se lembraram desse período histórico) e projetos como o “Literafro” não refletem, porém, em dados muito positivos no Total Real da UFMG, deixando o programa em oitava posição neste quesito, no final da lista. De qualquer forma, não deixa de ser uma boa produção – seriam três trabalhos por ano, nos últimos quatro anos. Outros fatores deveriam ser examinados para uma proporção mais realista, como número de professores orientadores.

O programa da UEL, por fim, apresenta um bom Total Real de teses e dissertações (terceira posição entre os demais) e um bom equilíbrio no total de escritores, mas no período de publicação das obras acaba falhando: das oito obras analisadas nos trabalhos, sete foram publicadas depois de 1950. As duas disciplinas na pós-gra-

duação relacionadas ao assunto, “Literaturas africanas em português” e “Literatura afro-brasileira”, trazem em suas ementas propostas como “discussão do processo de construção das literaturas africanas em português” e “história da literatura afro-brasileira”. Entretanto, a concentração dos trabalhos em escritos tão recentes no tempo compromete essa noção de passado e continuidade.

Esta breve pesquisa não deseja ignorar outras informações relevantes para uma compreensão total da presença da literatura afro-brasileira na pós-graduação em Letras, como a publicação em periódicos. Alguns são de grande importância como o *Via Atlântica* do programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP; o *Caderno CESPUC*, da PUC de Minas Gerais; a revista *Terra Roxa e Outras Terras* da UEL; a revista *Gragoatá*, da UFF. Todavia, muitos desses periódicos publicam a produção dos alunos de pós-graduação e dos professores/pesquisadores. No primeiro caso, estariam apenas refletindo as pesquisas dos alunos referentes a seus trabalhos de conclusão, número que já constatamos neste artigo ser muito baixo. No segundo caso, os professores supostamente estariam publicando suas pesquisas sobre a literatura afro-brasileira num veículo que pouco impacto tem na formação dos estudantes; bastaria outra pesquisa para se verificar o número pequeno de periódicos citados nas bibliografias das teses e dissertações defendidas.

É preciso citar ainda que todas as universidades selecionadas possuem importantes projetos de inclusão e disseminação da cultura afro-brasileira. Como o PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira da UFF que oferece cursos de especialização e extensão que também discutem o negro na literatura brasileira e que traz no seu corpo docente ninguém menos que Conceição Evaristo. Outros como o CEA – Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP possuem há muitos anos suas próprias publicações (neste caso, a revista *África*) e se tornam importantes centros de referência.

Contudo, as mais diversas ações de conscientização da cultura afro-brasileira não suprem a necessidade pontual de discussão crítica da literatura em si, na busca por obras, autores e especificidades que contribuam na construção de um *corpus* mais sólido. Nesse sentido, os números ainda pouco expressivos de trabalhos que contemplam a literatura afro-brasileira e a limitação em torno dos mesmos autores e de um determinado período histórico comprometem essa busca.

CONCLUSÃO

Neste ponto da discussão, voltam as desconfianças de Bloom que afirma que as obras hoje em dia estudadas não são escolhidas por seu intelecto ou beleza, mas simplesmente porque atendem agendas políticas acerca de orientação sexual, gênero ou etnicidade. O problema da legitimidade de uma literatura afro-brasileira passa pela questão levantada neste artigo: a qualidade de nossa pesquisa pós-graduada. Se os programas e seus pesquisadores não buscarem uma variedade maior de obras e autores, além de uma divulgação e disseminação mais sistemática de seus trabalhos,

não será possível reescrever o cânone com propriedade, sem o descaso de seus detratadores.

Se os estudiosos da literatura afro-brasileira não se empenharem na definição e caracterização de seu objeto, com qualidade que ateste e justifique seu agrupamento de maneira singular no cânone, ele corre o risco de se diluir no restante de nossa produção literária. Não se trata de uma sentença de morte; afinal, as boas obras continuarão sendo lidas e apreciadas, independente de sua ‘classificação’. O que se aponta é para o retrocesso de anos de esforços na luta pelo reconhecimento de uma especificidade literária e pela abertura de espaços para a divulgação e legitimação de autores e textos que não tiveram tal oportunidade anteriormente por questões de preconceito.

Não se trata de determinar o que é mais interessante ou importante pesquisar. Se a intenção de pesquisadores espalhados pelos programas de pós-graduação do país é fazer com que a literatura afro-brasileira tenha seu valor reconhecido, se ações governamentais tentam diminuir a defasagem histórica, corrigir um passado de injustiças através de ações educacionais que contemplem, por exemplo, a produção artística e literária afro-brasileira, é preciso criar meios para que todas essas intenções venham realmente se concretizar. Para isso, é de suma importância que a pós-graduação brasileira, local de produção e disseminação de conhecimento científico, procure organizar melhor seus esforços. A internet, por exemplo, é uma ferramenta muito eficiente (se corretamente usada) para a comunicação entre programas de pós-graduação, professores, alunos e, em especial, o leitor comum, elemento frequentemente esquecido pela academia e de suma importância no processo de consolidação da literatura afro-brasileira.

OBRAS CITADAS

BERND, Zilá. 1988. *Introdução à Literatura Negra*. São Paulo: Brasiliense.

BLOOM, Harold. 2001. *O Cânone Ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva.

CIEGLINSKI, Amanda. MEC quer acelerar implantação da lei sobre ensino da história afro-brasileira. *Agência Brasil*. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/11/14/materia.2008-11-14.2311139945/view>. Último acesso: 26 jul. 2009.

DUARTE, Eduardo de Assis. 2005. “Literatura e Afro-descendência”. *Literatura, Política, Identidades*. Belo Horizonte: FALE-UFMG. 113-131.

PRESENCE OF THE AFRO-BRAZILIAN LITERATURE IN GRADUATE STUDIES

ABSTRACT: This paper studies the presence of afro-brazilian literature in graduate programs in literary studies. Starting on the observation of ten different graduate programs with a tradition on the research of afro-brazilian literature, it was possible to verify that the number of theses and dissertations

about this object is still low in face of the number of teachers needed by the job market. Besides, the data demonstrate a research practice that barely contributes for enhancement of the national literary historiography.

KEYWORDS: graduate studies, literary studies, afro-brazilian literature.

Recebido em 14 de outubro de 2009; aprovado em 30 de dezembro de 2009.